

ESTADO DE MATO GROSSO ASSENABLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GRO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Parecer n.º 715/2021/CCJR

Referente à Mensagem n.º 38/2021 – PL n.º 224/2021 que "Revoga dispositivo da Lei n.º 11.001, de 14 de novembro de 2019, que institui o Programa Moeda Verde e dá outras providências.".

Autor: Poder Executivo

Relator (a): Deputado (a)

I - Relatório

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 14/04/2021, sendo aprovado o requerimento de dispensa em 1.ª e 2ª pautas no dia 14/04/2021, sendo encaminhada e aportada nesta Comissão no dia 12/05/2021, conforme as fls.02, 09 e 28v.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei n.º 224/2021 – MSG n.º 38/2021, de autoria do Poder Executivo, conforme ementa acima, visando promover adequações o Deputado Lúdio Cabral apresentou a emenda n.º 01.

Justifica o Autor que os dispositivos objetos da revogação pretendida estão em desacordo com a Lei Complementar Estadual n.º 631/2019, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e com as Leis Federais n.º 12.187/2009 e n.º 12.651/2021.

Destaca ainda que os dispositivos a serem revogados padecem de vício de inconstitucionalidade, pois invadem a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação, bem como usurpa a competência do Chefe do Poder Executivo estadual para deflagrar o respectivo processo legislativo de normas relativas a finanças e orçamentos.

Concluindo o Autor informa que a revogação contempla o princípio da isonomia, pois revoga dispositivos que fixa que apenas as empresas portadoras de títulos e certificados ambientais fazem jus a linha créditos /financiamento mais atrativos e a beneficios fiscais e/ou tributários.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, que exarou parecer de mérito favorável à aprovação. Em seguida, foi apresentada a Emenda Modificativa n.º 01 e, em nova manifestação a Comissão de Mérito reiterou o voto pela aprovação da proposição, rejeitando a emenda modificativa n.º 01, sendo aprovada em sessão plenária no dia 12/05/2021.

Após, os autos foram encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emissão de parecer.

É o relatório.





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora Núcleo CCJR Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, de acordo com o artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e artigo 369, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico sobre todas as proposições oferecidas à deliberação.

A presente proposição visa revogar dispositivo da Lei n.º 11.001, de 14 de novembro de 2019, que institui o Programa Moeda Verde e dá outras providências.

Preliminarmente, cabe frisar que a matéria é de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos do artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Nesse âmbito, a competência legislativa da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, podendo os Estados e Distrito Federal suplementar, conforme §§ 1º e 2º do referido artigo:

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Exercendo essa competência, a União editou a Lei n.º 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, a qual assim prevê em seu artigo 1º-A, parágrafo único, inciso IV e 41, inciso I:

Art. 1°-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios:

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente:

A <u>Emenda Modificativa n.º 01</u>, foi rejeitada pela Comissão de Mérito e pela maioria dos membros desta casa de lei, em sessão plenária, restando prejudicada a sua análise.

Portanto, não vislumbramos questões constitucionais e legais que sejam óbice à tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

III - Voto do (a) Relator (a)

Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 224/2021 — Mensagem n.º 38/2021, de autoria do Poder Executivo, restando prejudicada a Emenda Modificativa n.º 01.

Sala das Comissões, em / de o de 2021.

IV - Ficha de Votação

Mensagem n.º 38/2021 – Projeto de Lei n.º 224/2021 – Parecer n.º 715/2021
Reunião da Comissão em
Presidente: Deputado Wylson Salos
Relator (a): Deputado (a) Lecquis

Voto Relator (a)

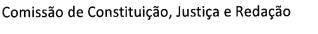
Pelas razões expostas, voto **favorável** à aprovação do Projeto de Lei nº 224/2021 — Mensagem n.º 38/2021, de autoria do Poder Executivo, restando prejudicada a Emenda Modificativa n.º 01.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (a)	
Relator (a)	all's.	
Membros		



Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora Núcleo CCJR





FOLHA DE VOTAÇÃO – SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA

Reunião: Data/Horário: Proposição: 6ª Reunião Ordinária Remota

18/05/2021 08h

PROJETO DE LEI n.º 224/2021 MSG nº

38/2021

Autor: Poder Executivo

VOTAÇÃO

DEPUTADOS TITULARES	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
WILSON SANTOS – Presidente	X			
DR EUGÊNIO – Vice-Presidente	X			
DILMAR DAL BOSCO	X			
JANAINA RIVA				X
SEBASTIÃO REZENDE				X
DEPUTADOS SUPLENTES				
CARLOS AVALONE				
FAISSAL				
EDUARDO BOTELHO				
LUDIO CABRAL				
XUXU DAL MOLIN				
SOMA TOTAL	3	0		2

RESULTADO FINAL: Matéria relatada presencialmente pelo Deputado Dr. Eugênio, com parecer FAVORÁVEL, restando prejudicada a emenda modificativa n.º 01. Votaram com o relator os Deputados Wilson Santos presencialmente e Dilmar Dal Bosco por videoconferência. Ausente o Deputado Sebastião Rezende e a Deputada Janaina Riva. Sendo a matéria aprovada com parecer FAVORÁVEL, restando prejudicada a emenda modificativa n.º 01.

Doninas de Almeida Nunes Consultora Legislativa em exercício – Núcleo CCJR